

# **MOSAICOS FLUÍDOS: ESTUDO DE CASO DA RELAÇÃO DA PESCA E ÁREAS PROTEGIDAS NO MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO (AM)**

Rafael Illenseer<sup>i</sup>; Henrique dos Santos Pereira<sup>ii</sup>

i) Mestrando do Programa de Pós-Graduação Ciências do Ambiente (PPG-CASA/UFAM)/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. E-mail: biorafito@yahoo.com.br; ii) Professor Doutor (PPG-CASA/UFAM).

## **Introdução**

O Mosaico de Baixo Rio Negro (MBRN) foi formalizado em dezembro de 2010 (Portaria Nº 483 de 14/12/2010) a partir de um processo participativo, pela adesão voluntária dos gestores das UC's e com base na identidade territorial que envolve a conectividade ecológica - funcional e o contexto histórico e cultural da região. O MBRN contém onze unidades de conservação (UC's) das esferas federais, estaduais e uma municipal (ver mapa 01).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), o Mosaico deve promover a gestão integrada e participativa das UC's de forma a compatibilizar a conservação da biodiversidade, valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável regional. Neste sentido, no MBRN, a pesca artesanal merece destaque, uma vez que faz parte da identidade regional e é uma atividade realizada por moradores de comunidades ribeirinhas e cidadinas (município de Novo Airão), seja para a subsistência alimentar, como troca ou venda de excedentes, seja para prática comercial, tanto nos limites dentro das UC's, nos interstícios ou entorno imediato.

As regras de acesso aos territórios da pesca variam de acordo com a tipologia da UC ou por meio dos acordos de pesca presentes (rio Unini, rio Jauaperi e do igarapé do Juvência ao Puduari) e concessões informais (ILLENSEER e PEREIRA, 2010). Os territórios de pesca são definidos por estratégias individuais ou de grupos de pescadores baseados nos seus conhecimentos sobre as dinâmicas migratórias das espécies de peixes, dos regimes fluviais e pluviais e nos ambientes de pesca (ilhas, lagos, paranãs, furos, praias, igapós, entre outros). Portanto, as regras de acesso e os usos, as tipologias dos pescadores, sua territorialidade e ainda a ação das organizações de pesca, também formam um “mosaico da pesca”.

Nos últimos sete anos, o número de registros dos pescadores artesanais junto a quatro entidades de pesca (duas Colônias de Pescadores, Associação dos Pescadores de Novo Airão – APNA e Sindicato dos Pescadores da Calha do Rio Negro – SindPesca) aumentou somando atualmente 1244 filiações (dados do Ministério da Pesca e Aquicultura), associado ao

benefício do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA). Não se conhece o impacto que esta política setorial pode representar sobre a demanda de acesso a recursos pesqueiros. Portanto, o desafio da gestão do Mosaico se torna não somente o compartilhamento entre órgãos gestores de UC's, mas a articulação desta com os setores da pesca, a fim de compreender estas dinâmicas e sua gestão.

### **Objetivo**

O objetivo do presente trabalho é analisar os modelos de gestão territorial co-existent no MBRN e suas relações com a pesca artesanal comercial.

### **Metodologia**

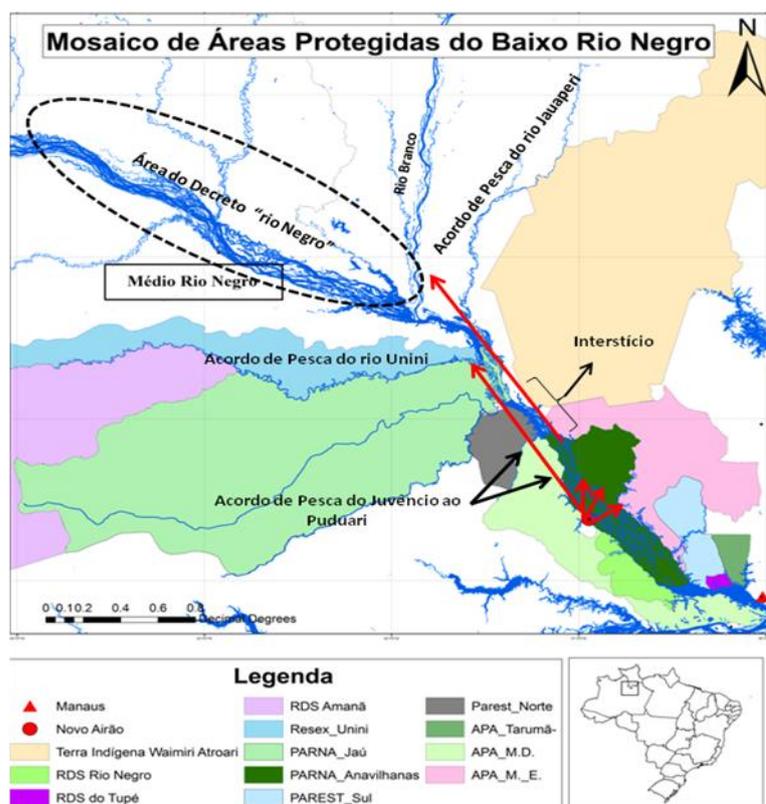
A região da pesquisa foi o município de Novo Airão, área central do MBRN, com população de cerca de 14.723 habitantes (IBGE, 2010) no qual estão baseadas as instituições gestores do Estado do Amazonas (Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC) e do Governo Federal (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) assim como as entidades da pesca. A pesquisa ocorreu entre março de 2008 e março de 2011.

A abordagem da pesquisa foi participativa em escala regional (BERKES *et al.*, 2001; SEIXAS, 2005) na qual se triangulou informações provenientes de três técnicas de pesquisa: a observação participante (conselhos gestores e eventos da pesca), entrevistas abertas (vinte e duas com foco na história da pesca e sistema de manejo) e análise de documentos (plano de gestão das UC's e dados do Ministério da Pesca e Aquicultura).

### **Resultados e Discussão**

Os pescadores artesanais comerciais são entendidos como sendo aqueles que têm a pesca como a sua atividade principal (mas não única), possuem barcos regionais do tipo batelão ou de canoa provida de motor rabeta, são autônomos ou pescam mediante regime de parceria, os apetrechos utilizados são manuais e o comércio é local ou regional (LEITÃO, 1995). Os pescadores comerciais são de uma maneira geral multiespecíficos, mas apresentam preferências de espécies de peixes como tucunaré e cará (capturados com zagaia, caniço ou malhadeiras), as feras - peixes lisos: dourada, a piramutaba, o filhote, o surubim e o caparari (capturadas especialmente com espinhel), destinados a venda para o mercado de Manaus e as “*baganha*” - variedades de peixes, que incluem as espécies acima na idade não adulta, associados ao pacu, matrinchã, jaraqui entre outras, vendidas em amarradas em cipós (cambada).

Os pescadores que utilizam canoas com rabetas (capacidade de duas a quatro caixas de isopor – 170 litros/gelo) usualmente pescam nos afluentes do rio Negro, nas duas APA's, subindo pela margem direita até a foz do rio Unini, na margem esquerda até a foz do rio Branco e de forma “clandestina” (informal) no interior do Parque Nacional de Anavilhanas (setas em vermelho no mapa 01). Enquanto que pescadores embarcados (de até 5 toneladas gelo) pescam acima do rio Jauaperi e Unini, médio rio Negro, região do município de Barcelos (Ver mapa 01).



Mapa 01 – Mosaico de Áreas Protegidas, regiões dos acordos de pesca, em setas vermelhas a mobilidade dos pescadores, no colchete o interstício de acesso da pesca e em tracejado a área do “decreto Rio Negro”.

O mapa 01 ainda mostra três acordos de pesca, sendo que o do rio Unini e Jauaperi são restritivos para a pesca comercial e o do rio Puduari ao igarapé do Juvêncio, ainda não está formalizado. A linha tracejada indica a área de influência do decreto rio Negro (Decreto Nº 31.151 de 06 de abril de 2011) que proíbe a pesca comercial do tucunaré e aruanã-preto. Assim, por um lado, pescadores artesanais do baixo rio Negro estão restritos pela presença do Mosaico, limitados de pescar na região do interstício, segundo os quais têm ambientes insuficientes para se pescar. Estas áreas são utilizadas por pescadores provenientes de Manaus para a pesca de cardumes migratórios de jaraqui e matrinhã que se originam no rio Jaú.

Este quadro resulta da gestão convencional da pesca e das UC's que segue o modelo centralizado, de regras impostas de “cima para baixo” baseado em critérios técnicos e generalizantes. Segundo Illenseer e Pereira (2010), as restrições proibitivas das UC's podem motivar o abandono da atividade da pesca ou seu exercício na “clandestinidade”, que quando coibido por ações de comando-e-controle pode trazer conflitos com elevado custo social. Por outro lado, o SDPA pode representar um incentivo para o aumento da demanda das áreas para se pescar.

### **Conclusões**

É desafio ao Mosaico não só realizar a gestão integrada e compartilhada de um território envolvendo limites entre UC's como também potencializar ações comuns para temáticas transversais e dialogar com outros setores sociais, como os pescadores artesanais, para que se possa construir regras conjuntas de gestão para um território compartilhado.

### **Referências bibliográficas**

BERKES, F. MAHON, R.; McCONNERY, R.P.; POMEROY, R. **Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods**. Ottawa: International Development Research Centre, 2001. 309p.

BRASIL, SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília – DF: Senado, 2000.

IBGE, **Anu. estat. Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, v.70, 2010.

ILLENSEER, R.; PEREIRA, H. S. Territórios fluídos: estratégias de adaptabilidade no acesso e uso de recursos pesqueiros no mosaico de áreas protegidas do baixo rio Negro, AM. In: Encontro Nacional da ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis. **Anppas 10 anos: avaliando os desafios teóricos e as novas agendas públicas**, 2010. v. 1. p. 1-20.

LEITÃO, W. M. Pesca e políticas públicas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, ser. Antropol. 11 (2), p. 185 – 198, 1995.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisas participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; e SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED, 2005, p. 73 – 105.